


Recordar a violência, desvelar a memória: à guisa de introdução

 João Paulo Rodrigues*

 Leandro Duarte Rust**

Memória e violência compõem a tessitura de toda escrita da história. A complexa tarefa que é criar um senso de proximidade tangível do passado ao evidenciar as distâncias intransponíveis que o separam do presente raramente ocorre sem que sejam mobilizadas. A performance epistemológica de ambas na formulação de um pensamento histórico ocorre mesmo quando não figuram como objetos de estudo: polissêmicas e heterogêneas, ambas nomeiam um variado rol de ocorrências sociais, culturais, éticas e linguísticas que afetam uma narrativa histórica em numerosos níveis. À guisa de uma introdução ao dossiê temático “Memórias de Sangue: recordar a violência, escrever a história”, este texto apresentará alguns apontamentos sobre o alcance e as implicações historiográficas desse binômio.

1. A “violência” da memória

A memória, enquanto faculdade mental capaz de tornar possível a lembrança de fatos vividos no passado, é formada por meio de complexos processos e operações neurológicas no indivíduo. É, sem dúvida, necessário um prodigioso desempenho das funções cerebrais para que certas recordações venham à tona, passados meses, anos, quando não numerosas décadas. Mas se o retorno improvável de determinadas lembranças causa espanto, a ponto de Paul Ricoeur chamá-lo “o pequeno milagre do reconhecimento” (2007: 502), o que caracteriza o funcionamento da memória, todavia, não é a capacidade de tudo lembrar. A marca da memória no indivíduo é a seletividade. Se muito se lembra, também muito se esquece.

* Doutor em história pela Universidade Estadual Paulista e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: perfejp@yahoo.com.br

** Doutor em história pela Universidade Federal Fluminense, com pós-doutorados pela Universidade de São Paulo e pela Catholic University of America. Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília. E-mail: leandroduarterust@gmail.com



Muito é ainda recordado de maneira parcial, fragmentária, distorcida ou imprecisa. A memória é assim. Por isso, não consideramos abusivo dizer que há, no processo mnemônico, certa “violência”. Não a violência física, corporal, mas a de imposição ou transgressão “veritativa”. O passado nem sempre volta como ocorreu. Ele é modificado drasticamente, decomposto, rearranjado de forma arbitrária.

Não é tão diferente se, manejando o foco, observarmos o exercício da memória em sua dimensão social, coletiva, de grupos. Todorov (2000) bem assinalou que o uso social da memória comporta o abuso. Talvez mais até do que no indivíduo, o exercício da memória nos grupos pode ser também um “ato de violência”. Na política, para ficar em apenas um campo de exemplos, não é incomum a produção de narrativas do passado nacional encomendadas por regimes que ocupam o poder, as quais, de tão seletivas, excluem grupos inteiros de sua história e memória. Isso quando não se destroem documentos para tentar apagar graves crimes contra a humanidade ou ainda se inventam tradições legitimadoras, fartamente celebradas em solenidades públicas. A memória é, assim, “violentada” enquanto mimese do passado e, em sentido simbólico, pode ser também violenta para aqueles que se veem esquecidos ou silenciados pela coletividade que dela faz uso.

Os historiadores e historiadoras, apesar disso, nem sempre entenderam que deviam tomar a memória como um de seus objetos, examinar a sua relação tantas vezes arbitrária com o passado como um alvo suspeito. Por muitos séculos, uma ideia se fez dominante: a de que a história competia preservar, recuperar e alargar o campo da memória. François Dosse nos diz que na mitologia grega *Clio*, a musa da história, é filha de *Mnemósine* (memória) e que da antiguidade à idade moderna historiadores os mais diversos se consideraram guardiões da memória (2004: 173). Não chega a surpreender, portanto, que o historiador inglês Peter Burke, em um capítulo intitulado “História como memória social”, tenha afirmado que “Uma das mais importantes funções do historiador é ser um lembrete” (2000: 89) daquilo que a sociedade quer esquecer; ou que Michael Pollak aponte a existência de profissionais da área que prestam seus serviços na construção voluntária da memória de diferentes grupos, atuando como “historiadores orgânicos” aos

interesses daquelas coletividades ou de seus líderes (1989: 10). História e memória, por conseguinte, nem sempre se separaram nas tentativas de acesso ao passado e os historiadores, não raro, endossaram, reificaram com suas práticas, a “violenta” retomada memorial do que se passou.

Na realidade, foram precisas algumas transformações impactantes na segunda parte do século XX (como a crise contemporânea da memória e a virada epistemológica da própria disciplina)¹ para que esse entendimento começasse a mudar. A célebre introdução de Pierre Nora à coleção francesa *Les Lieux de mémoire* (1984-1993) é emblemática a respeito disso:

A memória é a vida [...] sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado (1993: 9).

Essa compreensão de Nora seria marcante por diversas razões. Não apenas porque promovia uma mudança profunda na maneira de encarar as relações da história com a memória (como uma oposição), ou porque defendia que a memória podia ser tomada como um dos objetos da história, sujeita a seus métodos de análise. Se tudo isso era importante e justificava as atenções conferidas à publicação, o peso diferencial da interpretação de Nora, entretanto, era seu poder de enunciação, cravado no seio da história cultural francesa, no qual este autor encarregara-se, entre outras coisas, da direção da coleção *Les Lieux de mémoires*, com sete volumes, que reuniu uma plêiade de pesquisadores proeminentes.

Não que a palavra de Nora por si própria representasse uma espécie de marco zero, após o qual tudo tenha mudado, ou que antes dela nenhuma reflexão em sentido parecido tenha sido possível.² O que queremos destacar é que, instada a análise da memória como objeto por esse movimento do

¹ Para mais informações sobre as transformações epistemológicas da história ver Nora (1993); sobre a crise da memória consultar, por exemplo, Huyssen (2000).

² Carlos Alberto Vesentini e Edgar Saldavari De Decca, por exemplo, publicaram importantes trabalhos sobre a memória no Brasil antes mesmo da reflexão de Nora na França. Ver, por exemplo, Vesentini; Decca (1976) e Decca (1981).

qual Nora faz parte, enfim está aberto o caminho para que venham à tona com toda a força investigações que tentarão desvelar a ação da memória em sua constituição mais “visceral” ou na operação mais sutil do passado. E eis que um universo analítico multifacetado se formou.

Contentemo-nos, porém, em sumariar apenas dois ou três estudos realizados e/ou publicados no Brasil nas últimas décadas, que exemplificam, com certa clareza, como se dá a ação da memória coletiva na retomada do passado e que obtiveram algum destaque por aqui, em especial no tocante à temática das disputas de memória e silenciamentos.

Com efeito, uma das contribuições mais notáveis acerca dos embates que na construção da memória se verificam adviria das investidas de Michael Pollak, registradas nos artigos “Memória, esquecimento e silêncio” (1989) e “Memória e identidade social” (1992). Dialogando com a sociologia de Maurice Halbwachs nesses trabalhos, o austríaco Pollak (que fez carreira na França) concluirá que tão importante quanto tomar a memória coletiva como um fato é problematizar como ela se torna um fato (1989: 4). Nesse sentido, serão abordadas por ele questões que põem a nu os percursos de construção e “violência” da memória em relação ao passado.

Se, por um lado, Pollak destacará que a memória coletiva pode ser construída – “enquadrada” em seus personagens, acontecimentos, lugares, etc. – pelos grupos para definir suas fronteiras e identidades, as quais os diferenciam de outros grupos; de outra parte, o sociólogo desvelará que, nesse mesmo processo, os que não se reconhecem na leitura oficial construída sobre o passado acabam silenciados pelos dominantes, condenados a uma existência muda no que toca às suas próprias recordações. Como agravante, Pollak adverte que o silêncio não significa esquecimento. As memórias dos que são “uniformizados” pela coletividade englobante podem continuar preservadas subterraneamente por gerações e, inclusive, vir à tona em momentos de crise dessas coletividades englobantes.

Seja por explicitar os mecanismos de construção/ enquadramento da memória ou por deixar evidente, de maneira antes não postulada, o caráter uniformizador, excludente e opressor que a memória pode assumir em sua formulação do passado, as reflexões do sociólogo Pollak se tornariam base

para análises historiográficas de diversos tipos no Brasil, dos anos noventa até a atualidade. Tornou-se comum, desde então, pensar a memória como um objeto da história, cujas tensões, violências simbólicas e opressões deveriam ser desvendadas pelo historiador, esse que, nos termos já citados de Nora, deveria ser um “destruidor de memória espontânea”. Assim, as memórias subterrâneas de variados grupos e épocas históricas puderam ser examinadas, com destaque para os períodos ditatoriais no Brasil e os trabalhos e sondagens que passaram a ser realizados por meio da história oral. Esse veio ainda granjearia sucessivas atualizações e aportes teóricos, já que, com as conquistas recentes de direitos de minorias, adquire espaço o desenvolvimento de pesquisas sobre as memórias de mulheres, negros, índios e demais grupos historicamente excluídos dos lugares e das narrativas de memórias, como as consagradas em livros didáticos, por exemplo.

Comprovando o sucesso crescente dessa vertente que se abriu, uma outra dimensão do silêncio forçado, das disputas e imposições simbólicas e culturais com base no manuseio do passado pela memória viria à tona no começo do novo milênio. Referimo-nos às reflexões concatenadas na obra “Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível” (Bresciani; Naxara, 2004), a qual congregaria o trabalho de um grupo de pesquisadores do Brasil e do exterior que se reuniu em um congresso na Unicamp. Entre suas propostas estaria pensar o papel dos sentimentos e das emoções – a exemplo do ódio e do rancor – na memória, como mobilizadores de ações revoltosas e explosivas ou melindradas e impotentes. Nessa seara, trabalhos diversos relativos a períodos variados foram produzidos, como se percebe na própria obra. Se com Pollak (entre outros/as) as disputas de memória e as formas de opressão e silenciamento foram ganhando atenção no Brasil, seria chegado o momento de investigar o papel das emoções recolhidas e dos rancores na política e em outras esferas.

Contudo, não deixa de ser curioso observar que, se esses aspectos da memória e do silêncio/silenciamento se tornando vertente renderam muitos frutos e títulos nas livrarias físicas e virtuais no Brasil dos últimos anos, o barulho também não deixou de ser investigado, paralelamente, como um dos espaços da “violência” da memória na produção do passado. Assim, festas,

rituais religiosos ou seculares e comemorações de toda ordem puderam ser problematizados em relação às dimensões da memória que celebravam. Não à toa, algumas das questões que embalsamaram eventos acadêmicos e dossiês de revistas nas décadas recentes foram: Comemorar por quê? E para quem?

As efemérides pelo quinto centenário do “Descobrimento do Brasil”, por exemplo, mobilizariam as atenções dos pesquisadores. Depois de muitos preparativos, da elaboração de uma agenda oficial de festejos e de investimentos significativos do Estado foi ficando claro que celebrar a memória da conquista europeia implicava reafirmar, simbolicamente, o massacre e/ou a escravização de civilizações indígenas e africanas. A comemoração era também uma ofensa, apesar dos esforços envidados para tentar conciliar os sentidos da data para diferentes grupos. (Silva, 2003)

O tema da memória e seus sentidos, deste modo, não se deteve de forma alguma na problemática do silêncio, expandindo-se consideravelmente e em muitas direções que neste texto não é possível esmiuçar. As construções espontâneas de memória, as manipulações e os abusos também estiveram na alça de mira de muitos pesquisadores. Os deveres de memória usados para fins revanchistas (Todorov, 2000); o falseamento do passado (Rossi, 2010) e a adulteração política da memória (Ricoeur, 2007); as narrativas hegemônicas consagradas em lugares de memória (Nora, 1993) e a desconstrução dessas narrativas (Huysen, 2000); a crise das memórias organizadoras, mediante o presentismo (Candau, 2014; Hartog, 2013; Assmann, 2011; Robin, 2016); as disputas de memória, o perdão e os deveres éticos dos historiadores perante elas (Yerushalmi, 1992; Ricoeur, 2007) foram apenas alguns dos caminhos seguidos. Também as dimensões involuntárias (Ansart, 2004; Seixas, 2004) e imperfeições memoriais foram empregadas na construção da história, em especial, nos numerosos trabalhos que recorreram à história oral.

Em sucessivas levas, portanto, a ação da memória foi tomada (e continua sendo) como fonte e também objeto da história, evidenciando quase sempre a mimética imperfeita e/ou arbitrária em sua retomada que produz o passado, isto é, a *“violência” da memória*.

2. A memória da violência

As “violências” que marcam o *processo mnemônico* formam, todavia, um novelo que nos enreda a todos, inclusive aos que, com Nora, entenderam-se como “destruidores da memória espontânea”. Que historiador ou historiadora pode assegurar-se alheio a ideias que abrem fendas na espontaneidade do vivido? As unidades de uma análise histórica não costumam rasgar a aparência das experiências coletivas? Examinar uma trajetória no tempo não é cravar começos, desmembrar camadas de sentido, sulcar discontinuidades no fluxo imparável da existência? Repare-se o léxico. “Recorte”, “estrutura”, “processo”, “ruptura” e tantas outras nomenclaturas não compõem uma linguagem que investe contra a superfície daquilo que é familiar, forçando a lâmina da razão em busca das ligações do real, talhando, seccionando, fraturando?

A dúvida não expressa resignação ou proclama justificção. Tampouco iguala ciência histórica e memória, cujas diferenças – ainda que com variações de grau – são hoje reconhecidas pelos mais variados especialistas. É uma tentativa de orientar a reflexão por meio da autocrítica. Acionar um reconhecimento e, através dele, mobilizar o pensamento até esta premissa: ter consciência de violências linguísticas desse tipo é precisamente um traço que distingue compreensão histórica e narrativa memorial. Enquanto a mente memorialista maneja saberes como quem guarda a integridade do passado, conservando-o e transmitindo-o supostamente ileso, alegando-se inocente de qualquer interferência; historiador e historiadora se reconhecem detentores de algum conhecimento precisamente porque reagem à fatualidade do mundo com a força de uma classificação racional que “está apenas em seu espírito, não na realidade” (Bloch, 2001: 130. Ver ainda: Simmel, 2011).

Tal ativismo subjetivo, esse agenciamento intelectual que revira o real é o que viabiliza a elaboração e o manejo de categorias necessárias ao exame do que foi e, por não existir, adquire algum significado como tempo. Relações e predicados temporais não emergem das evidências nem advêm à leitura como se reconstituídas por uma observação. Elas são *formuladas* a partir da aplicação explícita e metódica de uma subjetividade que seleciona, fragmenta

e afeta a silhueta do passado de maneira criteriosa (Ricoeur, 1968: 23-44). A historiografia se emancipa das relações de força mnemônicas ao assumir, normatizar e limitar a parcela de “violências memorialistas” que a compõe, não ao negá-las como tabu ou excluí-las como estigma. A profundidade de uma percepção temporal é obra de incisões e investidas contra a aparência e a espontaneidade do viver. A atitude historiadora e científica consiste, assim, em varar a espessura “violenta” que envolve todo ato de recordar, pô-lo a nu ao despir sua irreparável dimensão de perda, esquecimento, retalho, abolido e longínquo. Pensar historicamente é almejar uma presença para recordações e lembranças ciente de que a busca atormenta o passado.

Cultivar tal atitude é tarefa difícilima. Principalmente porque partilhamos a tendência para lidar com o passado como uma totalidade aparentemente concreta, não como um reino dilacerado em vestígios; espontaneamente, nós o vislumbramos como uma verdade cuja unicidade é facilmente recuperável, não como um emaranhado de variáveis dificilmente colecionáveis – como nos lembra a inconfundível prosa de Paul Ricoeur (1968: 26-30, 196-200). Não há tema ou período que escape a esse risco. No entanto, como se carregasse um quê de ironia, um assunto parece multiplicar os obstáculos. Um objeto de estudos em particular é reiteradamente tratado como fenômeno contido por inteiro nos documentos. Quando se trata deste tema, os despojos do mundo de ontem são manejados como se franqueassem o acesso a uma composição completa do vivido, um depósito integral do que se passou; os fragmentos documentais formariam um “uno” pronto a ser trazido para a luz e guardado. O tema em questão não é outro senão a própria violência.

É comum encontrar textos historiográficos onde a violência surge como presença documental translúcida, de contornos precisos e integrais – isto é, sem lacunas, subtrações ou obscuridades *cientificamente cruciais*. Exemplo emblemático pode ser encontrado na magistral abertura de *Vigiar e Punir*. Ao compor uma história do “nascimento das prisões”, Michel Foucault apresentou como prólogo a transcrição de um relato pormenorizado sobre o suplício de Damiens, um condenado setecentista. Linha a linha, uma narrativa vívida vai ganhando forma, capaz de arrebatrar e perturbar ao descrever as mutilações e o brutal desmembramento de um personagem dotado de voz, cujas súplicas

tocam os ouvidos da imaginação de quem lê. Embora seja a sobreposição de três documentos distintos – devidamente referenciados em nota –, as linhas são emolduradas pelo autor como *uma cena* paradigmática. É como um efeito ótico: imagens sobrepostas são apresentadas como a figura única que teria capturado e sintetizado o plano geral de uma realidade social que, sabe-se lá desde quando, amontoou corpos supliciados até a primeira metade do século XIX. O exemplo da execução pública de Damiens fornece a medida objetiva para uma avaliação de conjunto sobre a história ocidental (Foucault, 1987: 9-29). Contudo, a junção dos registros penal, jornalístico e bibliográfico não é também sobreposição de esquecimentos? Qual a extensão das seletividades neste caso? Das manipulações e omissões? Quem lê percorre uma ou muitas maneiras de reconhecer a violência? Temos já o suficiente para propor uma objetividade da violência como fenômeno histórico? (Ver: Searle, 2015)

A ocorrência narrativa da violência resulta de tramas sociais e culturais intrincadas. Um registro histórico a seu respeito não é a consumação de um olhar simplesmente interessado em reter e transmitir o vivido, tampouco é a observação de um fato em estado bruto, mas uma designação de eventos, de relações e de indivíduos a partir do que é significativo para sujeitos sociais específicos, engajados e interessados. Isso significa que para alcançar uma objetividade ao examinar a violência como passado é preciso ter em conta a produção de silêncios e pontos-cegos; os eventuais princípios organizadores da seleção de informações; postulados e referenciais implícitos, estratégicos e amiúde desconhecidos por historiadores e historiadoras; além do rearranjo retrospectivo de sequências factuais e sentidos envolvendo aquilo que um dia se passou entre algozes, vítimas e testemunhas (ver: Eller, 2010; Žižek, 2014). Historicamente a violência extrapola o explícito e o aparente. Dizê-lo é propor diálogo com uma tendência atualmente dominante. Vamos a ela.

No curso das últimas três décadas, numerosas publicações convergiram para a convicção: os “dados” são os melhores conselheiros para decifrar a dimensão histórica da violência. O processamento computacional, a lapidação logarítmica de quantidades e grandezas, é “o” caminho seguro para delinear o lugar ocupado pelo agir violentamente na história humana. O “dataísmo”, a convicção de que matematizar correntezas oceânicas de *bytes* é a maneira

mais qualificada de responder às principais questões que nos assomam, tem estimulado uma simplificação da violência como tema histórico, sobretudo ao eclipsar sua dimensão de memória. Talvez o caso mais representativo seja *The Better Angels of Our Nature: why violence has declined*, estudo publicado por Steven Pinker em 2011.

Com escrita espirituosa, esse calhamaço de mil páginas rapidamente ingressou nas seletas listas de livros recomendados por jornais e revistas de prestígio, colecionando prêmios e reedições. Seus dez capítulos compõem um detalhado atlas da violência na história global. A um virar da página surgem rankings de morticínios em centenas de guerras, comparações transversais entre contextos tidos como incomunicáveis, gráficos serrilhados de índices de torturas, brigas mortais e atrocidades. Fenômenos diversos e dispersos são assim quantificados, iluminados pela precisão matemática. Que, no entanto, não é o cerne da obra. Os dados são processados em exames provocativos e ecléticos, que combinam, por exemplo, modelos teóricos de aleatoriedade e neurociência. Tudo a serviço de um argumento claro e coeso: a modernidade ocidental foi a primeira experiência duradoura na história humana de redução contínua da violência. Uma lista de processos que compreendem desde a integração mercantil até a “feminização cultural” é mobilizada para corrigir nossa “miopia histórica”; expressão com a qual Pinker se refere ao hábito de enxergar apenas o que é trazido para perto de nós – como as grandes guerras de 1914 a 1945 – deixando borrada a visão panorâmica dos séculos. À medida que insere os acontecimentos em sequências, comparando as taxas mortais de diferentes épocas e estimando um efeito a longo prazo, Pinker fundamenta a conclusão de que o mundo contemporâneo é a sociedade menos violenta de todos os tempos (Pinker, 2013).

A “tese Pinker” é complexa e intrincada. Repensá-la é mais difícil do que se insinua à primeira vista e exige um repertório desafiador de competências interdisciplinares. Estas linhas não foram escritas sob tal propósito. Aqui, nos interessa apresentar apenas um contraponto: matematizar a violência é uma estratégia arriscada quando se busca compreender sua ocorrência histórica. Transformá-la em dados, como faz Pinker, pode acarretar uma consequência decisiva: isolar o acontecimento das relações que o tornam possível e, como

consequência, naturalizá-lo como realidade histórica. O risco implicado torna-se mais evidente se compararmos a argumentação de *The Better Angels of Our Nature* à de um estudo anterior, de dimensões mais modestas, mas de alcance surpreendente. Nos referimos a *Prologue to a massacre: popular unrest in Paris, 1557-1572*, artigo publicado por Barbara Diefendorf em 1985.

Um de seus maiores êxitos é a maneira como a autora situa o chamado massacre de São Bartolomeu – a repressão francesa contra o protestantismo desencadeada em 24 de agosto de 1572 - como epicentro de um movimento sísmico de violências múltiplas, que incluíam abusos verbais, intimidações, assédios, violações rituais. O estudo constitui então um conceito heterogêneo de violência, abrangendo variado rol de ações pessoais e institucionais, físicas e simbólicas, corpóreas e imateriais, sanguinárias e morais. O leitor se depara assim com reflexões que ampliam significativamente o espectro social do que se pode definir como um cotidiano violento: no século XVI, violar um túmulo protestante era ato ostensivamente violento perpetrado por católicos; assim como queimar um missal romano em praça pública podia ser uma retaliação à altura para calvinistas. A lição é capital: a violência está historicamente em jogo mesmo quando não há derramamento de sangue, golpes contra o corpo ou até mesmo um crime. Mais. Em páginas de densidade invulgar, Diefendorf indica que tais incidentes nutriam e difundiam uma lógica social de violações que resultavam em agressões, ataques, assassinatos e, por fim, massacres. Precisamente aqui, uma pergunta se torna decisiva: a estatística captura esse *continuum* histórico? Se um pesquisador se limitar a entabular o número de mortos esparramados pelas ruas parisienses a partir da noite de 23 de agosto de 1572, ele será capaz de analisar as sucessões de violências cotidianas que tornaram possível a explosão de violência do massacre? Perder de vista essa vinculação não seria diminuir a realidade social da violência? Ao que parece, a precisão matemática aplicada sobre eventos históricos traz embutida uma complicação. Ela restringe a avaliação sobre a extensão histórica da violência ao fixar o foco da análise sobre o que é explícito e intencional. Na estatística das mazelas humanas raramente há lugar para a constatação de que um ato realçado nos documentos como violento é o ponto onde se entrelaçam ações que o mesmo relato, obra de memória, silencia, soterra ou exclui.

Os documentos são *memórias da violência* – não somente “dados”. No mesmo instante em que as narrativas do passado constituem a presença da violência, elas violam a capacidade de conhecê-la. Uma margem de manobra efetivamente científica para escapar ao círculo vicioso dessa relação aparece embrenhando-se no novelo de reminiscências e vazios, proteção e agressão que é a faculdade humana de recordar.

3. Sobre este dossiê

Como acabamos de mencionar, *violência* abarca diversos referenciais e recobre numerosas camadas de significado. Eis uma afirmação que perturba nossa espontaneidade. Afinal, nos habituamos a empregá-la como um nome simples e certo, que carrega uma correspondência instantânea com o real. Diariamente, falamos sobre a violência como quem menciona algo inequívoco e facilmente reconhecível: quem tem dúvida quanto ao que é uma violência? - na pergunta, o arremate do raciocínio. As expressões em torno desse nome se multiplicam, mas não necessariamente a definição. Violência física, moral, de gênero, religiosa, institucional... O revezamento dos predicados em torno do substantivo indica que as expressões formam uma galeria de conjugações de uma mesma acepção: violência é ato ou ação que viola (ou ameaça violar) algo em razão do emprego de uma força. Sendo que a aplicação virtualmente ilimitada da definição resultaria da versatilidade de uma premissa: a natureza da “força” determina o tipo da violência. Se um corpo, um bem ou um direito foram violados graças à força física, a violência ocorrida é de tipo objetivo e episódico: um fato. Se uma força discursiva viola a integridade identitária ou os padrões culturais de pessoas e grupos, falamos em uma violência de tipo simbólico e relacional: um poder. Quando as relações sociais vigentes violam a perpetuação e a plena realização da condição humana, temos o suficiente para classificar a violência como organizacional e sistêmica: uma estrutura. Multiplicando expressões, reatualizamos a fórmula: a força aplicada torna a violência autoevidente. Certeza que é constantemente desafiada pela escrita da história (ver: De Haan, 2008: 27-40; Han, 2017).

O tempo faz a violência assumir uma variação vertiginosa. A afirmação faz mais do que evocar um postulado quantitativo, como se evocasse o velho refrão “a história é uma coleção inacabada de guerras, conflitos e matanças”. A frase mira outra ideia: o *reconhecimento social* da violência é um fenômeno temporal. Ou seja: as respostas coletivas já oferecidas para a questão “isto é violência?” são diversas, numerosas e, frequentemente, desconcertantes. A violência tem história. Mesmo que diretamente atrelada a fatores biológicos (Raine, 2015), a violência assume diferentes formas e realidades *como fato social*, aparecendo e desaparecendo, mudando a tal ponto que o mesmo ato – golpear ou matar – tenha transitado sobre a linha que um dia demarcava a conduta violenta. Pense-se na morte infligida em nome da honra: ela é uma violência hoje, mas o era nos tempos medievais? E quantas condutas, outrora tidas como verdadeiramente naturais ou sagradas, não foram declaradas como efetivamente violentas? Onde está a medida do ser violento: no próprio ato ou na maneira de classificá-lo? (Ver: MICHAUD, 2002; RUST, 2018). A violência não é um dado atemporal. Ela tem história, como demonstrarão os textos que formam o dossiê a seguir.

Sem pretender usurpar ao leitor(a) o percurso da leitura que lhe pertence, gostaríamos, porém, de encerrar esta reflexão propondo-lhe uma senda textual fundada sobre três blocos temáticos, nos quais se entrecruzam as investidas sobre a “*violência da memória e a memória da violência*”.

No primeiro deles, *violência e passados marginalizados*, o(a) leitor(a) terá acesso a três investigações que abordam o problema da violência e dos povos marginalizados, em diferentes momentos e formas e em locais diversos, situados nas regiões Norte, Sudeste e Sul do Brasil. Cleyton dos Santos, em “Quotidiano, liberdade e violência: experiências de egressos do cativeiro em Rio Claro/SP na segunda metade do século XIX”, traz à tona a violência que se vivencia no dia a dia entre ex-escravos que procuram (re)construir a vida em um dos principais polos cafeicultores do país no período. Em outra paleta, Thailana Pereira desvela o caso da violência estatal contra pessoas tidas como temerárias no Pará sublevado do século XIX, em artigo que se intitula “As ações de repressão à Cabanagem: o recrutamento militar de indivíduos ‘perigosos’ para compor a Guarda Policial (1836-1840)”.

As opressões impingidas por órgãos oficiais contra marginalizados também mobilizam a reflexão de Alex Vanin (desta vez ao Sul e contra os índios), em “A violência como reguladora do trabalho indígena na ação do Serviço de Proteção ao Índio no Posto de Cacique Doble (Rio Grande do Sul, 1941-1967)”, artigo que encerra o bloco.

A violência que se mostra nesse primeiro momento sob diferentes tipos de coerções ou agressões físicas, contra negros, índios e “indesejáveis”, no entanto, também pode assumir outras formas quando se observa, por exemplo, o plano das narrativas memoriais e historiográficas. Sobre elas é que versará o segundo bloco do dossiê, *conflitos e personagens da memória*. Vinicius de Araujo, nesse sentido, em “Celebrando a Paz e causando conflitos: as diferentes facetas de Norberto de Xanten”, retoma biografias deste arcebispo medieval, lançando luzes sobre ângulos pouco iluminados historicamente por pesquisadores e nem tão pacíficos do clérigo. Os três artigos subsequentes, ainda que tratando de lugares e personagens distintos, mergulham nas marcas memoriais irretorquíveis da violência das guerras e regimes repressores do século XX. Maria Sales, assim, revisita o testemunho do nazista Wilhelm Keitel, produzido no Julgamento de Nuremberg, no artigo “É muito mais difícil ser um soldado bom e obediente quando as coisas vão mal e os tempos são difíceis’: A Segunda Guerra Mundial aos olhos do conselheiro militar de Hitler”. Heloisa de Miranda, por sua vez, vai à escrita de Galeano sobre a Ditadura Civil-Militar Argentina, em “Yo me morí en La Perla: do julgamento de lesa-humanidade ao perdão de si na escritura historiográfica de Eduardo Galeano”; exercício que também é realizado por Olívia Rocha, porém, com relação ao jornalista Flávio Tavares no Brasil, na reflexão “Memórias do esquecimento: o testemunho de Flávio Tavares sobre a tortura no período da ditadura militar no Brasil”.

No bloco temático derradeiro, *as mulheres na espiral da violência*, o(a) leitor(a) terá ainda a oportunidade de perscrutar a violência sob outro viés, que tem se adensado nos últimos anos e se reveste de grande relevância, especialmente em nosso país. Victoria Junqueira, com a palavra em “Mães assassinas’ e crianças bastardas sob as leis do Reino Inglês: o infanticídio na Corte Central Criminal de Londres (1674-1803)” nos dá a ver as

transformações na expressividade do tema na Inglaterra moderna. Das imposições sobre a maternidade e o corpo na primeira modernidade, passa-se às tentativas de controle das mentes, tempos depois, no Brasil de meados do século XX, com o artigo “Violências e histórias de internações de mulheres: Hospital de Alienados do Recife nos anos de 1950”, da lavra de Cláudia de Oliveira e Carlos Alberto Miranda. Mas, afinal, como analisar cientificamente os anseios, que atravessam séculos, de controlar corpos e mentes de mulheres e que resultam, não raro, em assassinatos por seus pares? Katleen Aguirre discute o problema em “Memórias da morte, projetos de vida: investigando feminicídios sob a ótica decolonial”. Por fim, a resistência e a luta de mulheres contra a violência (como não poderia deixar de ser) encerra este último bloco, consignada na entrevista sobre o caso de Madre Paulina, realizada por João Lenon Pereira com a professora Caroline Cubas: “Contra Madre Maurina foi cometida uma violência atroz”.

Referências bibliográficas

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 15-36.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento*. Campinas: Unicamp, 2004.

BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

DE HAAN, Willem. Violence as an essentially contested concept. In: BODY-GENDROT, Sophie; SPIERENBURG, Pieter (Ed.). *Violence in Europe: historical and contemporary perspectives*. Nova York: Springer, 2008, p. 27-40.

DECCA, Edgar Salvadori de. *1930: o Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DIEFENDORF, Barbara. Prologue to a massacre: popular unrest in Paris, 1557-1572. *The American Historical Review*, vol. 90, n. 5, 1985, p. 1067-1091.

DOSSE, François. A oposição História/Memória. In:____. *História e ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 169-191.

ELLER, Jack David. *Cruel creeds, virtuous violence*: religious violence across culture and history. Amherst: Prometheus, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAN, Byung-Chul. *Topologia da Violência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARTOG, François. Memória, história, presente. In:____. *Regimes de historicidade. Presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 133-191.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MICHAUD, Yves. *Changements dans la Violence*: Essai sur la Bienveillance Universelle et la Peur. Paris: Odile Jacob, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PINKER, Steven. *Os Anjos Bons da Nossa Natureza*: Porque a Violência Diminuiu. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAINE, Adrian. *A anatomia da violência: as raízes biológicas da criminalidade*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1968.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

ROSSI, Paolo. Lembrar e esquecer. In:____. *O passado, a memória, o esquecimento*. SP: Editora Unesp, 2010. p. 15-38.

RUST, Leandro Duarte. *Bispos Guerreiros: violência e fé antes das cruzadas*. Petrópolis: Vozes, 2018.

SEARLE, John R. *Seeing things as they are: a theory of perception*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memórias em Terras de História. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 37-58.

SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, p. 141-194, fev. 2003.

SIMMEL, Georg. *Ensaio sobre Teoria da História*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

VESENTINI, Carlos Alberto; DECCA, Edgar Salvadori de. A Revolução do Vencedor. *Contraponto*. Niterói, Centro Noel Nutels, ano 1, n.1, p. 60-71, nov. 1976.

YERUSHALMI, Yosef Haym. *Zakhor – história judaica e memória judaica*. RJ: Imago, 1992.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.